

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA  
4.º ano, turmas A/Dia e Noite --- 8 de janeiro de 2015

Tendo em conta o quadro jurídico vigente, responda fundamentadamente a três das seguintes questões:

1. Qual a relevância do Acordo de Basileia, que criou a chamada “Serpente Monetária Europeia”, para o processo de integração financeira e monetária que, mais tarde, conduziu ao estabelecimento da atual União Económica e Monetária e da área do Euro?
2. Identifique e caracterize as semelhanças, diferenças e relações entre o ECU e o Euro.
3. Os fundamentos do Pacto de Estabilidade e Crescimento e das suas revisões, em 2005 e em 2011, bem como de novos instrumentos legislativos e financeiros europeus entretanto criados, têm sido criticados perante as dificuldades sentidas nos vários Estados membros da União Europeia. Aprecie a procedência ou não, e em que termos, dessas críticas.
4. Comente:  
«[...] O programa de compra ‘ilimitada’ de obrigações soberanas pelo Banco Central Europeu — anunciado no verão de 2012 e conhecido pela sigla OMT (Transações Monetárias Definitivas) e ainda não concretizado até hoje — ultrapassa o mandato concedido pelos Tratados à autoridade monetária. Se isso se verificar, há infração dos poderes dos Estados membros e da proibição do financiamento monetário dos orçamentos nacionais [...]. A menos que se proceda a uma interpretação restritiva daquele programa”.

---

Cotações: 3 x 6 valores (6 valores por questão) = 18 valores + 2 valores pela apreciação global;  
total: 20 valores

## Tópicos de correção

### I

**1** — Contexto do Acordo de Basileia de abril de 1972, que estabeleceu a “Serpente Monetária Europeia”. Resposta à crise do Sistema Monetário e Financeiro Internacional. Objetivos de estabilidade monetária e financeira à escala europeia, “dentro do túnel” e, depois, “fora do túnel”. Primeiro mecanismo de gestão conjunta das moedas europeias com recurso a intervenções de estabilização. Debilidades e custos de funcionamento do mecanismo. Estabilidade em torno do *Deutsche Mark*. Êxito limitado? Lições da experiência para o SME e para a UEM.

**2** — Criação, caracterização e funções do ECU no âmbito do Sistema Monetário Europeu. Composição e cálculo do valor do ECU. Utilização e evolução do ECU durante a vigência do SME (1) até à sua “substituição” pelo Euro, “ao par”, no momento da criação deste e da Área do Euro (União Económica e Monetária europeia) em 1999. Semelhanças e diferenças à luz das funções monetárias (unidade de conta, meio de pagamento, reserva de valores, criação, curso legal...).

**3** — Proposta de um Pacto de Estabilidade (e Crescimento) e divergência de posições quanto à sua justificação e adoção. Primeira versão, em 1997, complementarmente aos “critérios de Maastricht”. Sua aplicação e cumprimento e incumprimento pelos Estados dos objetivos fixados. Intensificação das críticas dirigidas ao Pacto e primeira revisão e flexibilização e ajustamento da metas anteriores. Dificuldades acrescidas decorrentes das crises financeira e das dívidas soberanas. Segunda revisão do Pacto. “Six pack” e reforço dos instrumentos e mecanismos europeus de supervisão económica e financeira dos Estados. Críticas aos efeitos fortemente recessivos das políticas europeias de austeridade, especialmente em determinados Estados, menos competitivos, e no conjunto da União. Vias alternativas de resposta aos choques assimétricos da união monetária.

**4** — Poderes monetários atribuídos ao Banco Central Europeu. Sua relevância no

funcionamento do conjunto da união monetária. Instrumentos principais de política monetária na atualidade. Eficácia desses instrumentos de política monetária. O programa de compra 'ilimitada' de obrigações soberanas pelo Banco Central Europeu — anunciado no verão de 2012 e conhecido pela sigla OMT (Transações Monetárias Definitivas), ainda não concretizado mas que poderá ultrapassar ou não o mandato atribuído pelos Tratados europeus à autoridade monetária. Efeitos do eventual incumprimento do previsto nos Tratados.